



**Processo de colonização de Rondônia e a violência contra as mulheres:
como o saqueamento de terras e destruição do meio ambiente se relaciona
diretamente com os altos índices de violência de gênero no estado**

Maria Cecília Schmidt

RESUMO O artigo traz dados e conceitos que visam conferir elo científico entre os processos migratórios decorrentes da colonização do estado de Rondônia com os últimos dados apresentados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2024, o qual confere ao Estado o ranking de feminicídios no período, entre todas as unidades federativas do país e o Distrito Federal.

PALAVRAS CHAVE: Feminicídio; Colonização do estado de Rondônia; Ecofeminismo.

RESUMEN

El artículo presenta datos y conceptos que buscan establecer una conexión científica entre los procesos migratorios derivados de la colonización del estado de Rondônia y los últimos datos presentados por el Anuario Brasileño de Seguridad Pública del año 2024, el cual posiciona al estado en el ranking de feminicídios durante ese período, entre todas las unidades federativas del país y el Distrito Federal.

PALABRAS CLAVE: Feminicidio; Colonización del estado de Rondônia; Ecofeminismo.

INTRODUÇÃO

O tema proposto é sobre Direito Ambiental e Direito das Mulheres, tendo como problema: Há ligação científica entre os altos índices de feminicídio e violência contra as mulheres e a forma de colonização do Estado de Rondônia? A hipótese é que há elo entre o tempo e o modo de colonização do Estado e a violência contra as mulheres que aqui residem. O marco teórico é composto por aporte bibliográfico e pesquisas realizadas em artigos e publicações científicas já publicadas. O objetivo é desenvolver o pensamento dialético baseado em fatos históricos e dados estatísticos atuais, para que o problema seja respondido e a hipótese confirmada. A metodologia utilizada é o método dedutivo.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro ciclo migratório relevante para fins de se constatar a colonização sofrida pelo Estado de Rondônia, em especial na região de Porto Velho e Guajará Mirim, é o ciclo da borracha, o que culminou, inclusive, com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Antes da ocorrência do fluxo migratório nordestino para a extração da gumiífera, eram os adensamentos indígenas que constituíam a população regional (TEIXEIRA, 2009). A falta de capital para intensificar a produção de borracha foi inicialmente suprida por investimentos estrangeiros, mas a escassez de mão-de-obra para a extração do látex ainda impedia a expansão dos lucros dos seringalistas. A demanda mundial por borracha crescia mais rapidamente que a oferta, ensejando um problema de falta de mão de obra a ser resolvido. Desta feita, a imigração de nordestinos para a Amazônia, incentivada por secas no nordeste a partir de 1870, ajudou a resolver essa falta de trabalhadores. Com isso, a produção de borracha passou a gerar grandes lucros, especialmente para as casas exportadoras, resultando em um excedente econômico significativo (MONTEIRO e DA FONSECA, 2012).

Observe-se que a economia da borracha na região não marcou um afastamento das práticas coloniais, uma vez que o comércio da borracha se consolidou utilizando os métodos tradicionais de extração e troca que já eram comuns entre os portugueses durante o período colonial. Os seringueiros (coletores do látex dentro da floresta), por sua vez, já chegavam para trabalhar com dívidas decorrentes da viagem para a região e das suas despesas pessoais relativas à comida, moradia e ferramentas, numa verdadeira escravidão por dívida. O ciclo da borracha, contudo, assim como

creceu vultuosamente, teve um declínio intenso em razão da concorrência asiática, culminando com sua derrocada em seguida ao ápice das exportações da gumífera (MONTEIRO e DA FONSECA, 2012). Conclui-se, nessa senda, que a vida dos seringueiros era marcada por condições difíceis, já que muitos trabalhavam em regime de servidão, vinculados a seringalistas que controlavam a produção e comercialização da borracha. Eles viviam em seringais, muitas vezes sem acesso a direitos básicos, e enfrentavam longas jornadas de trabalho e condições adversas na floresta. Assim, muito embora o fluxo migratório de pessoas para trabalharem no seringal tenha sido relevante, a situação em que esses homens aqui chegavam e aqui permaneciam, não lhes confere atributo de destaque direto no processo de exploração da terra, ao contrário, tornou-os objeto de exploração dentro do sistema econômico que vigia. Além das questões econômicas, os seringueiros também lutaram por seus direitos e por melhores condições de vida, formando movimentos sociais e sindicatos que buscavam reconhecimento e proteção, especialmente em relação à preservação da floresta e da cultura local. A figura dos seringueiros, também chamados de “soldados da borracha”, se tornou emblemática na luta pela defesa da Amazônia e dos direitos desses trabalhadores.

Rondônia foi reconhecido como Território Federal em 1943 e, nos anos 70, iniciou-se uma política para seu povoamento, enquanto que a região sul e sudeste do Brasil, nessa época, já se encontravam em patamares tecno-industriais mais avançados. E esse avanço se deu porque o processo de colonização do sudeste do Brasil começou já no século XVI, com a chegada dos portugueses, que inicialmente se concentraram na exploração do litoral. A fundação de São Vicente em 1532 é considerada um marco importante, sendo a primeira vila do Brasil. No século XVII, a colonização se expandiu com a exploração de metais preciosos, especialmente nas Minas Gerais, onde a descoberta de ouro atraiu muitos colonos e provocou um fluxo migratório significativo. Essa região se tornou um dos principais centros econômicos do Brasil colonial. Com o tempo, o cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café, se tornou fundamental para a economia do sudeste. O café, em particular, ganhou destaque no século XIX, especialmente em São Paulo, levando ao crescimento das cidades e à chegada de imigrantes europeus, que ajudaram a desenvolver a agricultura. A colonização foi marcada por conflitos com os povos indígenas que habitavam a região, e pela utilização de mão-de-obra escrava, que foi um elemento central na economia colonial. Ao longo do tempo, o Sudeste se consolidou como um dos principais centros econômicos e culturais do Brasil, influenciando a dinâmica do país.

No sul, por sua vez, o ciclo migratório teve início entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse período foi marcado por uma intensa imigração de europeus, especialmente de italianos, alemães, poloneses e ucranianos, que buscavam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Os imigrantes foram atraídos para a região sul para desenvolver a agricultura, especialmente a produção de café, erva-mate e, mais tarde, a agricultura familiar. Eles se estabeleceram em colônias e contribuíram para a formação da cultura local, trazendo suas tradições, idiomas e modos de vida. Além disso, o governo brasileiro incentivou a imigração para substituir a mão-de-obra escrava que havia sido abolida em 1888. As políticas públicas e a criação de colonizações favoreceram a chegada de imigrantes na região sul do país, que tiveram um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social dessa região, transformando a paisagem rural e urbana da região.

Diferente dessas regiões, apenas após a segunda metade do século XX, mais especificadamente na década de 70, inicia-se um intenso fluxo migratório para a região de Rondônia, com a execução de projetos de distribuição de terras sob condicionantes. Essas condicionantes, além de representarem retaliação do solo e destruição do meio ambiente, ainda ensejavam consequências deletérias à população originária, levando-as a maior situação de penúria e extermínio. O projetos de colonização são baseados em PIC's (Projeto Integrado de Colonização) e PAD's (Projeto de Assentamento Dirigido) (PERDIGÃO, 1992), e tais programas, muito embora revestidos de narrativas de povoamento e desenvolvimento, são caracterizados pela dizimação do meio ambiente, saqueamento de madeira e extermínio dos povos da floresta.

Por povos da floresta entende-se as comunidades indígenas e tradicionais que habitam e dependem das florestas para sua sobrevivência e cultura. Esses grupos têm uma relação profunda e sustentável com o meio ambiente, utilizando os recursos naturais de maneira a preservar a biodiversidade e manter o equilíbrio ecológico. Os povos da floresta incluem, entre outros, os indígenas, seringueiros, ribeirinhos e quilombolas. Cada um desses grupos possui seus próprios modos de vida, culturas, conhecimentos e práticas que se desenvolveram ao longo de gerações em harmonia com a floresta. As culturas desses povos são frequentemente interligadas com a proteção da natureza, e eles costumam ser defensores ativos dos direitos territoriais, lutando contra a exploração madeireira, a agricultura intensiva e outras atividades que ameaçam seus habitats. Sua luta pela preservação das florestas não é apenas

uma questão de defesa de suas terras, mas também uma luta pela conservação dos ecossistemas que sustentam a vida no planeta. Além disso, os povos da floresta possuem um conhecimento tradicional valioso sobre plantas, animais e ecossistemas, o que é fundamental para a conservação da biodiversidade e soluções para os desafios ambientais contemporâneos.

Percebe-se, assim, que a configuração do sistema econômico capitalista, que já tinha tomado corpo na parte litorânea (leste) do país, especialmente no sul e no sudeste, começava seu processo de desenvolvimento em Rondônia com a execução dos programas de distribuição de terra pelo governo federal, apenas nos anos de 1970. Assim, a conjuntura do sistema econômico rondoniense era inicialmente voltado para o extrativismo de subsistência (povos indígenas), passou pelos rápidos ciclos da borracha (1879-1912 e 1942-1945), com o extrativismo exploratório para fins de exportação e, com o declínio deles, retornou à economia de subsistência, acrescentando-se aos povos indígenas e quilombolas, os “soldados da borracha”, que aqui instalaram morada após a falência dos ciclos extrativistas do látex.

Enquanto na Europa o sistema econômico capitalista se solidificou com a queda do sistema feudal, no Brasil litorâneo, o surgimento do capitalismo ocorre com fatores que alteraram o cenário social e econômico de acordo com as decisões político-administrativas do país imperial. Dentre os diversos fatores existentes, especialmente dois devem ser considerados como marcos muito importantes para que a transição do Brasil Colônia e o Brasil economicamente capitalista efetivamente tomasse forma: a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da república (1889). Ambos são fundamentais para que a existência do capitalismo se consolide como sistema econômico no Brasil litorâneo.

A abolição da escravidão foi um marco crucial para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, porque importou na transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado e a formação de uma classe trabalhadora que poderia vender sua força de trabalho, cuja característica é fundamental no capitalismo. Houve também um aumento na migração de trabalhadores para as cidades, à medida que as pessoas buscavam ocupação nas indústrias. O surgimento de novos grupos sociais começaram a emergir, contribuindo para a transformação das dinâmicas sociais e políticas no Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, a formação das favelas nos morros da cidade, pelos ex-escravos que não tinham onde morar, tornou a capital fluminense com um aspecto urbano único. A abolição da escravidão, assim, foi

um fator crucial que permitiu a transição do Brasil de uma economia baseada na escravidão para uma economia capitalista moderna, influenciando profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas do país.

Já a proclamação da república foi um evento significativo porque desvinculou o país das decisões político-administrativas da monarquia portuguesa, trazendo a promoção do desenvolvimento industrial, criando um ambiente mais favorável ao crescimento do capitalismo. Políticas de substituição de importações e investimentos em infraestrutura (como ferrovias e comunicação) foram implementadas, promovendo a expansão da indústria e a diversificação da economia. Houve também fortalecimento do setor agrícola e facilitação. A proclamação da república também ajudou na consolidação do mercado interno brasileiro. Com a modernização das infraestruturas e o incentivo à produção local, o Brasil começou a se tornar menos dependente de produtos importados e mais focado no consumo interno. Em resumo, a Proclamação da República foi um divisor de águas que facilitou a transição do Brasil para uma economia capitalista moderna, promovendo a industrialização, a urbanização e a integração do país na economia global. Essas mudanças foram fundamentais para moldar a trajetória econômica e social do Brasil nos séculos XX e XXI.

Percebe-se, desta forma, que há uma discrepância muito significativa entre o povoamento da costa litorânea do país e aquele realizado no Estado de Rondônia, assim como a consolidação do capitalismo nesses extremos geográficos. É importante lembrar que, entre 1494 e 1750, vigia o marco estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, que praticamente dividia o Brasil ao meio verticalmente e, dessa forma, permitia que Portugal apenas pudesse explorar a colônia até aquele limite espacial, o que coloca Rondônia, até esse período, sob a propriedade da Espanha. Somente após disso, com a criação da Capitania de São José do Rio Negro em 1755, é que a propriedade fundiária na Amazônia começa a ser estabelecer. Enquanto o Brasil litoral passou por um processo de colonização e povoamento ao longo de cerca de 400 (quatrocentos anos), para então imergir ao capitalismo, e dentro de um processo gradual e paulatino – muito embora violento –, Rondônia aderiu ao capitalismo de forma abrupta, no mesmo tempo em que iniciou o processo de povoamento por colonização. Somente após o declínio do segundo ciclo da extração do látex (1942-1945), é que esse processo de povoamento, muito embora eivado de críticas, efetivamente se iniciou, com os programas de assentamento do governo

federal, sob condicionantes altamente deletérias para a natureza e os povos da floresta (1970-1983).

Falar em nascimento do capitalismo sem falar em acúmulo primitivo é um equívoco indesculpável. O conceito de acúmulo primitivo (ou acumulação primitiva de capital) é uma ideia central na análise econômica e social de Karl Marx, exposta em sua obra *O Capital*. Refere-se ao processo histórico que ocorreu antes do desenvolvimento do capitalismo industrial, onde formas de riqueza foram acumuladas de maneira que possibilitaram a formação de capital necessário para a expansão da produção capitalista. Na Europa feudal, os campos, chamados de feudos, muito embora fossem de propriedade dos senhores feudais, tinham um sistema de ocupação compartilhado, ou seja, o uso dessas terras pelos vassallos, ou pelos camponeses ou servos, era coletivo e, em troca, ofereciam ao senhor feudal, além do apoio militar, taxas, impostos e a corveia (alguns dias de trabalho gratuito ao senhor feudal). O processo de acumulação primitiva se dá na fase intermediária entre a queda do feudalismo e o nascimento do capitalismo, e é essencial para essa transição ocorrer.

Uma das fases muito importantes dessa transição é o processo de “cercamentos” ou “enclosures”, que se intensificou entre os séculos XV e XVIII. Esse processo consistiu na conversão de terras comuns, utilizadas coletivamente pelos camponeses, em propriedades privadas cercadas, voltadas para a agricultura comercial. Os cercamentos resultaram na exclusão dos camponeses do acesso à terra, fazendo com que muitos perdessem seus meios de subsistência. As terras que antes serviam para pastagem e cultivo comunitário passaram a ser cercadas e destinadas à produção em larga escala. Essas alterações sociais e econômicas impactaram de maneira especial a vida das mulheres, as quais, chamadas de camponesas, trabalhavam nos campos tanto quanto os homens e viviam uma vida pública e coletiva, fazendo parte da comunidade e estabelecendo relações com a terra e com as outras pessoas. O próprio exercício da maternidade também era feito de maneira comunitária, nos campos e nas aldeias, tornando o trabalho de cuidado um atributo do grupo e, diferente do que ocorre na era do capital, não se tratava de um trabalho subalternizado e muito menos invisível, haja vista que a gestação e os cuidados prestados às crianças faziam parte da própria economia feudal e, assim, compartilhados, tinham um espaço importante dentro da sociedade daquela época (FEDERICI, 2023).

Assim, muito embora a monogamia e o casamento já fossem considerados base da sociedade nessa época, a mulher exercia um protagonismo nos campos e, ainda que relativamente subordinada ao marido, seu lugar social era de destaque, tanto no trabalho do campo quanto no cuidado com a sua prole. O fato das crianças trabalharem de acordo com sua capacidade física também facilitava essa relação maternal no próprio ambiente dos feudos, viabilizando sobremaneira os cuidados dispensados pelas mulheres às crianças. Após a consolidação do sistema capitalista, contudo, o lugar da mulher na sociedade muda, porque, antes intimamente ligada à terra, a mulher se vê desprovida de lugar tanto físico (a terra) quanto social (sem trabalho). As consequências disso reverberam diretamente no exercício da maternidade, pois os atos de cuidado, que são primariamente a dispensação de comida aos filhos, encontram-se diretamente prejudicados ante a ausência de trabalho, em razão da privatização das terras.

Essa foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos campos e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para implementar a apropriação primitiva dos homens sobre o trabalho feminino, uma nova ordem patriarcal foi estabelecida, colocando as mulheres em dependência em relação aos homens. É importante ressaltar que as relações de poder desiguais entre mulheres e homens, assim como a divisão sexual do trabalho, já existiam antes do surgimento do capitalismo. Contudo, na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens era atenuada pelo fato de que elas tinham acesso à terra e a outros bens comuns. No entanto, no novo regime, capitalista, as próprias mulheres passaram a ser tratadas como bens comuns, pois seu trabalho (o trabalho doméstico e de cuidados) foi definido como um recurso natural fora da esfera das relações de mercado (FEDERICI, 2023).

Na era capitalista, então, o que se vê é um processo de privatização que também é dirigido às mulheres e às crianças. Confinadas ao do ambiente doméstico, as mulheres passam a ser entendidas como propriedade do pai e, após o casamento, do marido. A privatização da terra estabeleceu uma nova divisão sexual do trabalho, ou melhor, um novo “contrato sexual” (PATEMAN, 1993). Esse contrato definia as mulheres em termos: mães, esposas, filhas, viúvas; ocultando sua condição de trabalhadoras e concedendo aos homens livre acesso a seus corpos, ao seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos. De acordo com esse novo contrato sócio-sexual, as mulheres proletárias tornaram-se, para os trabalhadores homens,

substitutas das terras que haviam perdido com os cercamentos, representando seu meio de reprodução mais básico e um bem comum que qualquer um podia apropriar-se e utilizar conforme desejasse. Uma vez que as atividades femininas foram definidas como não trabalho, o trabalho delas passou a ser visto como um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Da mesma forma, o exercício da capacidade reprodutiva, que antes era considerado um atributo importante para a vida comunitária, passou a ser objeto de controle pelos homens (como uma forma de privatização do útero, também), assim como o controle (e a privatização) da terra. Assim, a mulher como “bem comum” também é controlada por todos e esse controle tem estreita ligação com a perda da terra pelos camponeses e vassalos.

No Brasil colônia, observa-se que o sistema de divisão física da terra se dava à moda dos feudos. O país foi dividido em 15 capitanias, criadas nos idos de 1534, extensões de terra que foram concedidas a nobres, chamados de donatários, que se tornaram responsáveis pela administração, defesa e desenvolvimento das áreas designadas. Essa doação era feita pela Carta de Doação. Cada capitania tinha autonomia para estabelecer suas próprias regras e diretrizes, além de incentivar a colonização e a produção agrícola, especialmente o cultivo de cana-de-açúcar. Os limites dessa administração eram dispostos na Carta de Foral. Camponeses, pequenos comerciantes e artesãos podiam trabalhar na terra e cultivá-la, em troca do pagamento de impostos ao donatário, o qual também devia impostos e taxas à Coroa Portuguesa. Observe-se, contudo, que era dever do donatário fiscalizar o desenvolvimento da monocultura de cana-de-açúcar, para fins de garantir o manufaturamento nas casas de engenho, de propriedade dos chamados “senhores de engenho”. A mão-de-obra usada para a cultura da cana-de-açúcar e essa manufatura era predominantemente de escravidão africana. Assim, diferente do que ocorria nos feudos europeus, em que o cultivo da terra era a cargo dos camponeses, que utilizavam a terra coletivamente e de forma livre, no Brasil colônia os escravos eram considerados propriedade dos senhores de engenho, ou de quem o tivesse “comprado”, como comerciantes, administradores da construção civil, etc.

No que diz respeito às mulheres do Brasil colônia, Gilberto Freyre (FREYRE, 1996) conta, com riqueza de detalhes, o modo de vida das mulheres que viviam nas terras das capitanias hereditárias, antes do processo de industrialização, que se deu a partir da abolição da escravatura e da proclamação da república. Descreve

uma cena, por exemplo, em uma fazenda no Mato Grosso, onde a proprietária era uma mulher imponente, de cinquenta anos, que exercia autoridade sobre todos, incluindo homens e escravos. Essa matrona, ao lado de seu irmão padre, exemplifica a presença de mulheres que, mesmo em uma sociedade patriarcal, administravam grandes propriedades com competência e firmeza. Muitas dessas mulheres, viúvas ou matriarcas, mantiveram e até expandiram suas riquezas, mostrando que a capacidade de liderança não era uma questão de gênero, mas sim uma resposta às exigências do sistema social. Elas demonstraram que podiam exercer o poder com a mesma intensidade, ou até mais, do que os homens, influenciando seus filhos e perpetuando suas linhagens de maneira vigorosa (FREYRE, 1996). Coloca, ainda, que não é correto afirmar que o sexo determinava de forma absoluta a divisão do trabalho, atribuindo ao homem as atividades externas e à mulher as domésticas. Em um trabalho anterior, o autor relata que a função da mulher ia além do âmbito doméstico, incluindo atividades sociais frequentemente vistas como masculinas.

Nessa toada, observa-se que, antes da formação do sistema capitalista-industrial no Brasil, as poucas mulheres que tinham vindo da Europa para aqui residirem com seus familiares ou esposos, carregavam consigo a cultura do feudo eurocentrado. Mesmo que nobres ou pertencentes a famílias com considerável poder aquisitivo, era do sistema feudal que carregavam suas referências sociais e seus próprios lugares como mulheres, ou seja, com um protagonismo determinante da época e, principalmente, com uma relação que as aproximava dos homens (brancos) em razão da hegemonia de valores existente entre esses homens (brancos) e essas mulheres (brancas). Afinal, tratavam-se de mulheres europeias que aqui chegavam para também participar do processo de colonização e, invariavelmente, dele se beneficiar. Aqui, nesse ponto histórico, e no Brasil colônia, verifica-se que a relação de subalternidade social mais desnuda estava baseada muito mais na raça do que no sexo, pois os negros e os indígenas eram deliberadamente vistos como inferiores pelos colonizadores, concebidos pelos europeus como pessoas “sem alma”.

Nesse sentido, a relação dos colonizadores com as mulheres indígenas era uma relação marcada pela subordinação e mais absoluta desigualdade. Em “Casa grande e senzala” (FREYRE, 2003), o autor relata que:

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos deixaram-se contaminar

pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (...) Neste o amor foi só o físico; com gosto só de carne, dele resultando filhos que os pais cristãos pouco se importaram de educar ou de criar à moda europeia ou à sombra da Igreja. Meninos que cresceram à toa, pelo mato; alguns tão ruivos e de pele tão clara, que, descobrindo-os mais tarde a eles e a seus filhos entre o gentio, os colonos dos fins do século XVI facilmente os identificaram como descendentes de normandos e bretões (FREYRE, 2003).

Percebe-se que, a par do autor relatar a “entrega” das mulheres indígenas, em troca de objetos quase sem nenhum valor, aos europeus, o fato é que os relatos de estupros são recorrentes, principalmente porque a ideologia colonial desumanizava as indígenas, o que facilitou a justificativa para a violência contra elas. Essa desumanização contribuiu para a normalização dos abusos sexuais. Os colonizadores ibéricos não apenas se apoderaram das terras indígenas e impuseram trabalhos forçados aos nativos tanto nas atividades produtivas quanto no ambiente doméstico, mas também submeteram as mulheres indígenas — e, posteriormente,

as mulheres negras — a diversas formas de abuso sexual (STOLKE, 1999).

A associação entre o feminino e a natureza não teve origem no Brasil, trata-se de um tema explorado pelo ecofeminismo desde 1970 (D’EAUBONNE, 2020), o qual dispõe que a natureza e as mulheres são frequentemente percebidas como entidades não humanas, situadas fora do contexto deontológico. Nesse paradigma, tanto as mulheres quanto a natureza são reduzidas, pela classe sexual dominante, à condição de instrumentos de servidão — meios para um fim, e não fins em si mesmas. Ambas são vistas como produtoras de recursos e energias que os homens consomem, exploram e saqueiam, em um processo contínuo de apropriação e dominação. Nessa abordagem, teórica e prática, revelam-se as conexões profundas existentes entre mulheres e meio ambiente, destacando paralelos em seus ciclos e funções: as fases da lua, o ciclo menstrual, as estações do ano, a gestação, a frutificação e a amamentação. Essas similitudes apontam para uma relação sagrada e geradora de vida, evidenciando a afinidade entre os corpos femininos e os ritmos da natureza. Historicamente, o homem adotou uma perspectiva emancipatória em relação à natureza, cultivando a ilusão de uma suposta independência e separação entre si e o meio natural. Dentro dessa mesma lógica, a mulher passou a ser associada à própria natureza, sobretudo por suas características cíclicas — como a menstruação e a gestação — e pela crença equivocada de que lhe faltaria racionalidade. Essa visão reductionista

levou à equiparação da mulher aos demais mamíferos, colocando-a, assim como a natureza, em uma posição de exterioridade em relação ao grupo masculino — o “outro” do homem, ou o “segundo sexo”, conforme descreve Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 2019). A partir disso, tanto a mulher quanto a natureza passaram a ser vistas como passíveis de dominação e exploração. Nos tempos coloniais, essa opressão se manifestou, principalmente, por meio da violência ficta (troca de favores sexuais por “promessas” ou objetos sem valor como espelhos ou um pedaço de tecido, por exemplo) ou violência real (estupros contra mulheres e meninas). No decurso do capitalismo, à violência, aliaram-se a ciência, a tecnologia, e, assim, a monetização de várias interfaces que relacionam culturalmente a feminilidade a um atributo de sexo, quando na verdade, são comportamentos desenhados pelo patriarcado para subordinar mulheres a esteriótipos necessariamente capitalizados (maquiagem, cirurgias plásticas, roupas, modo de vida, etc.), porque tudo que o capitalismo alcança precisa ser monetizado, essa é a lógica desse sistema econômico. No contexto da história do Brasil, essa identificação entre mulher e terra assumiu contornos particularmente intensos, entrelaçando-se profundamente com a dinâmica da colonização. A metáfora recíproca entre ambas as figuras representou não apenas uma identificação simbólica — envolvendo, em diferentes momentos, a mulher indígena, africana, mestiça e também a branca —, mas também uma semelhança nas práticas de dominação e exploração, que culminaram, em muitos casos, na própria devastação (LACERDA, 2010). O sentido da colonização era justamente *explorar recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu* (PRADO JÚNIOR, 1957). Essa colocação sugere a simbiose entre a figura da América inexplorada e do corpo da mulher, isso porque *o corpo feminino simboliza metaforicamente a terra conquistada (...) ao encontro dos dois mundos por meio de oposições de gênero. Nesse contexto, em um movimento metonímico, possuir a mulher nativa equivaleria a possuir a nova terra recém-revelada aos europeus* (ALMEIDA, 2007).

As figuras opostas do “homem colonizador” e da “mulher natureza” (STAM e SHOHAT, 2006) é o que dão fundamento para a violação da América Indígena e tudo que nela existe, haja vista que, tudo que nela existe, é a sua extensão, inclusive as mulheres. A associação simbólica entre a terra e a mulher como elementos centrais na constituição do substrato cultural brasileiro não é meramente metafórica: ela revela uma lógica de apropriação e dominação que atravessa tanto os corpos femininos quanto os territórios colonizados. No centro desse imaginário está a oposição entre

natureza e civilização — binarismo fundado na tradição ocidental moderna que, além de justificar a colonização das Américas, também sustenta a subalternização das mulheres ao longo da história. Essa dicotomia, reatualizada no processo de independência entre América (como símbolo da natureza) e Europa (como expressão da civilização), reflete uma continuidade das relações coloniais sob novas roupagens. O pensamento moderno, ao construir a natureza como algo selvagem, adverso e passível de dominação, estendeu essa mesma lógica às mulheres, que passaram a ser vistas como parte do “natural” — seres instintivos, cíclicos, irracionais — e, portanto, sujeitas à tutela e à exploração masculina (SALLES, 1996). O colonizador europeu estabeleceu sua dominação nas Américas com base na violência e na tutela sobre povos por ele considerados inferiores, como indígenas e africanos escravizados, ou seja, estabelecendo a natureza dessas relações de forma vertical, “coisificando” e “animalizando” indígenas e africanos. A “coisificação” e “animalização” desses grupos, aliados à tradição ibérica de patrimonialismo e poder pessoal, deram origem a estruturas sociais marcadas pela dependência pessoal e pelo patriarcalismo. Essa relação entre dominadores/conquistadores e mulheres de um território dominado/conquistado também é tratada nos estudos que discorrem sobre os “estupros de guerra”, considerados como uma prática generalizada e sistemática cometida por soldados, combatentes ou mesmo civis, durante a ocorrência de conflitos armados ou guerras. Apenas em 1998 o estupro foi reconhecido, pelo Estatuto de Roma, como crime contra a humanidade (art. 7º). Em 2008, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a violência sexual como uma tática de guerra e, assim, entendido como potente arma bélica, associando a violência contra as mulheres à conquista do território inimigo, em uma intersecção entre mulheres e território, assim como a lógica das mulheres e da terra, das mulheres e da natureza (DA ROSA, 2017). Os estupros, assim, em contexto de guerra e de domínio territorial, assim como a colonização, têm origens estruturais profundamente ligadas ao patriarcado, à desumanização do inimigo, ao domínio do território e ao uso dos corpos femininos como campo de disputa simbólica e política.

Voltando ao contexto do Brasil colônia, dessa vez remetendo à situação das mulheres negras, a história colonial relata, com farta documentação e estudos historiográficos, que a submissão sexual das mulheres escravizadas africanas foi uma prática sistemática, violenta e estruturante da sociedade escravocrata. Essa exploração era naturalizada no cotidiano colonial e refletia tanto a lógica racista quanto a lógica

patriarcal que fundaram o país. As africanas e afrodescendentes escravizadas eram vistas não apenas como força de trabalho, mas também como propriedade sexual dos senhores. Seu corpo era objetificado, animalizado e desumanizado, e elas não tinham nenhum direito sobre sua própria sexualidade. Podiam ser estupradas, forçadas a manter relações sexuais ou exploradas sexualmente em casas de prostituição, inclusive organizadas por seus próprios senhores. Tratava-se de uma expressão direta da autoridade do senhor de escravos., que reforçava seu domínio absoluto sobre os corpos escravizados, e essa violência não era vista como crime, já que a mulher negra não era reconhecida como sujeito de direitos nem vítima legítima. Além disso, os filhos gerados desses estupros aumentavam o patrimônio do senhor, pois nasciam

escravizados — o que fortalecia a perversidade do sistema.

A miscigenação se deveu à natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina. Portugal, à época da conquista, tinha cerca de 1 milhão de habitantes, insuficientes para colonizar o vasto império que conquistara, sobretudo as partes menos habitadas, como o Brasil. Não havia mulheres para acompanhar os homens. Miscigenar era uma necessidade individual e política. A miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro. No caso das escravas africanas, o estupro era a regra (CARVALHO, 2001).

É importante destacar que poucas mulheres brancas vieram para as terras brasileiras na primeira fase da colonização. As que vinham, pertenciam a famílias fidalgas e por aqui ficavam pouco tempo (PRADO, 1957). As poucas que vinham para ficar eram de origem humilde ou, em outra hipótese, eram degredadas enviadas por serem sentenciadas, órfãs ou meretrizes. Contudo, apresentavam-se em número escasso, insuficiente para os desideratos imperialistas de povoar a nova terra para fins de sustentar com trabalho os privilégios da Coroa. Desta feita, a mestiçagem, em regra fora do contexto de casamento ou de uniões formais e públicas, foi a forma de construção da formação do povo brasileiro desde a época colonial. Darcy Ribeiro afirma que *Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras* (DARCI, 2006). Essa miscigenação, por sua vez, deu-se com altas doses de violência, era o estupro como fundamento da ordem política de povoar e reforçar o domínio do território pelos europeus. Gilberto Freyre (FREYRE, 2003) afirma que as relações com a mulher negra eram mais violentas do que com as índias: *Introduzidas as mulheres africanas no Brasil dentro dessas condições irregulares de vida sexual, a seu favor não se levantou nunca, como a favor das mulheres índias, a voz poderosa dos padres da Companhia. De modo que por muito tempo as relações entre colonos e mulheres africanas foram as de franca lubricidade animal. Pura descarga de sentidos.* Assim, conclui-se que a violência

e os abusos praticados contra as mulheres negras tinha como objetivo reforçar a presença colonial, estendendo seu domínio ao território e à terra colonizada através da violência contra o corpo das mulheres africanas e, através da reprodução forçada, povoar para dominar, o que ocorreu pela miscigenação, fruto dos ataques sexuais violentos dos europeus contra as mulheres escravizadas.

Nessa toada, percebe-se que essas relações de dominação territorial ocorreram, em grande parte, dentro da história colonial, pela posse sexual violenta de mulheres indígenas, africanas e, no Estado de Rondônia, também de mulheres ribeirinhas e do seringal, ou seja, as mulheres que pertencem ao conceito de povos da floresta. O que é preciso repisar, no entanto, é que o lapso temporal transcorrido entre a chegada europeia ao lado direito do meridiano de Tordesilhas e a consolidação capitalista é de, pelo menos 400 (quatrocentos) anos. Em Rondônia, diferentemente, o processo de colonização acontece quando o capitalismo já se encontra instalado em solo brasileiro. Aliás, pode-se ir além, ao se constatar que o processo de colonização de Rondônia se deu EM RAZÃO da instalação do capitalismo em terras tupiniquins. Essa diferença do espaço e do tempo bem mais apertado, e o fato de que a exploração do território rondoniense se deu em razão do capitalismo, são muito importantes para que se entenda como a dominação territorial do Estado foi dimensionada de forma a se desenvolver de maneira mais impactante e rápida tanto em termos de devassidão da terra quanto em tratamento das mulheres que aqui se encontravam e as que depois para cá vieram.

Os ciclos da borracha foram os primeiros processos de povoamento de Rondônia, mas diferente do que ocorreu entre portugueses e a nova América, em que o domínio imperialista era nítido, os homens que para cá migraram eram, em sua maioria, pobres e nordestinos, atraídos por promessas enganosas de enriquecimento rápido com a extração do látex da seringueira, durante os dois ciclos da borracha (1879–1912 e 1942–1945). De igual modo, a mesma estirpe de homens que vieram para trabalhar na construção da ferrovia Madeira Mamoré, inaugurada em 1912, compõem uma história dramática da região, desenhada por trabalho forçado, exploração e sofrimento humano. Não por isso a ferrovia foi apelidada como “ferrovia do diabo”, devido às condições brutais de trabalho e às inúmeras mortes de trabalhadores durante sua construção, por inanição, acidentes, violência física, ou doenças tropicais (causadas por mosquitos, falta de água tratada ou estrutura sanitária).

Grande parte da literatura regional que aborda esse período aponta que muitos homens que migraram para atuar diretamente na produção da borracha, especialmente como seringueiros, o fizeram sozinhos, deixando para trás mulheres e filhos em suas regiões de origem. Esse dado ajuda a explicar, em parte, a escassez de estudos voltados à visibilidade feminina nos seringais. Por outro lado, a mesma literatura revela que os homens que chegaram em posições mais privilegiadas — como patrões, profissionais liberais, intelectuais e comerciantes —, em sua maioria, trouxeram consigo esposas e filhos. No entanto, nem todas essas mulheres acompanharam os homens até a floresta: muitas optaram por residir nos grandes centros urbanos ou em comarcas próximas aos seringais, evitando o cotidiano hostil da mata (COSTA, 2005). Os dados indicam que a presença reduzida de mulheres nos seringais não se deve, necessariamente, à ausência de migração feminina para as regiões de extração da borracha. É possível que alguns historiadores não tenham atentado para o fato de que muitas mulheres optaram por residir nas cidades ou comarcas situadas às margens dos rios, próximas aos centros de atividade extrativista. A hipótese é que, em grande parte, a presença feminina tenha sido esquecida ou subvalorizada por uma historiografia que não priorizou a leitura e a análise de suas experiências e trajetórias. Assim como o tráfico de pessoas nessa época era intenso, o trânsito de mulheres nas comarcas era constante e marcante. Contudo, os registros são, em sua maioria, relativos às mulheres pertencentes às incipientes classes da burguesia, relatando a realização de eventos sociais e moda da época, o que as distinguia das “mulheres da floresta” (LAGE, 2010). A relação dos seringueiros com a população indígena era conflituosa, no primeiro ciclo da borracha, desenvolvendo-se uma forma de captura e subordinação chamada de “correrias”. *As correrias consistiam em expedições de matança e apressamento organizadas por profissionais contratados pelos patrões, ou muitas vezes realizadas pelos próprios seringueiros* (WOLFF, 1999). Durante as “correrias”, milhares de mulheres indígenas foram capturadas à força e levadas para os seringais, onde passaram a viver em condições totalmente diferentes das suas origens. Muitas resistiam bravamente à captura, escondendo-se, fugindo ou enfrentando os captores, e mesmo quando levadas, mostravam-se hostis e tentavam escapar. Outras, porém, ofereciam menor resistência e, com o tempo, algumas conseguiam se adaptar, escolher companheiros ou ofícios, e contar com redes de proteção. Os motivos das capturas variavam: algumas eram trocadas por armas, usadas em serviços domésticos, negociadas por borracha e, invariavelmente, estupradas.

As capturas dessas mulheres indígenas nas “correrias” constroem uma relação de subordinação e domínio dos homens ligados ao seringal, sobre elas. A metáfora da mulher e da terra persiste, assim, nos moldes já delineados da época dos estupros perpetrados pelos europeus imperialistas. A lógica patriarcal é a mesma, agora, só muda de lugar. O desbravamento dos seringais, a exploração da *bevea*, a dizimação do povo indígena e, especialmente, a escravidão e o abuso sexual de mulheres indígenas, reforça o pensamento de paralelismo entre terra e mulher, devastadas e controladas, em função não apenas da simbologia de sua ligação com a natureza, mas em função do papel que representam no processo de desbravamento da floresta em busca de seringais, e sua consequente exploração.

Após o fechamento dos ciclos da borracha, iniciou-se em Rondônia outra natureza de fluxo migratório, baseado em devassidão deliberada da floresta e domínio territorial pela agricultura. Essa colonização, que ocorreu entre 1970 e 1983, teve origem pública e privada. *A primeira fase do trabalho agrícola é a de desflorestamento. Duas ferramentas são utilizadas pelo pioneiro: o facão ou o terçado para desbastar, a capoeira e o machado para derrubar as árvores grandes. Para preparar o roçado, é preciso deixar passar algumas semanas antes de incendiar o amontoamento confuso de troncos e galhos derrubados para secá-lo* (THÉRY, 2012).

Os PICs (Projetos de Integração e Colonização) de Rondônia foram iniciativas de assentamento agrícola promovidas pelo governo brasileiro, especialmente pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Esses projetos visavam integrar colonos em áreas rurais, oferecendo lotes de terra para cultivo e desenvolvimento. O modelo de organização adotado para os lotes era o “módulo”, que compreendia 100 hectares destinados a famílias envolvidas na agricultura. Alguns lotes também eram designados para a criação de gado. Ao se instalar, o colono recebia um lote e assumia as seguintes responsabilidades, como:

- a) Residir com sua família na parcela ou na área do Projeto;
- b) Cultivar a parcela em conjunto com sua família e aproveitar os recursos disponíveis;
- c) Aceitar as diretrizes e normas do projeto, incluindo as questões econômicas e sociais;
- d) Arcar com as taxas de melhoria pelos serviços prestados pelo INCRA;
- e) Não deixar a parcela sem cultivo, mesmo em caso de herança;
- f) Não alterar a destinação da parcela sem autorização, especialmente se ela não estiver sendo explorada;
- g) Não ser um fator de perturbação para o desenvolvimento comunitário, conforme avaliação do INCRA.

Em contrapartida, o INCRA tinha as seguintes obrigações: a) Entregar ao colono o

título definitivo de propriedade assim que todas as condições fossem atendidas; b) Garantir a liquidação integral do valor da dívida; c) Proporcionar assistência técnica na fase inicial; d) Facilitar o acesso ao financiamento pelo Sistema Nacional de Crédito Rural; e) Garantir ao colono a plena execução de suas atividades conforme o contrato (THÉRY, 2012).

Observa-se a colocação do seringueiro Sidney Girão, ouvido em 1992, por ocasião de uma pesquisa realizada sobre a colonização do Estado de Rondônia:

Sabe, aqui, antigamente, no tempo que não tinha colonização com esses pessoal aí do sul; no tempo em que a terra era virgem, era um tempo de muita fartura, eu era livre como esses pássaro. Agora depois que os governo apoia a colonização tudo virou bagunça. A terra agora tem dono. Eu não entendo que agora eu não posso mais entrar naquela mata. Disseram que ali já tem dono. Mas como, ali não pode ter dono não senhor. Tá igual quando a gente chega ali na corrutela do garimpo de ouro do Rio Madeira, quando você olha uma mulher e chega um e diz: Epa! Ela já tem dono. A nossas terra tá igual a uma prostituta do garimpo, sempre chega um e diz que já tem dono. Como pode ser possível? (AMARAL, 1994)

A expansão das frentes de colonização agrícola foi apresentada como uma reforma agrária, mas não abordou a concentração de terras no Brasil. O governo ignorou as populações tradicionais da região, como índios, caboclos e seringueiros, buscando eliminar suas culturas. Essa política visava organizar e ocupar o espaço para favorecer a expansão do capitalismo, com os gestores acreditando que estavam promovendo o desenvolvimento.

Conforme o Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (Sipra) do Inbra, foram estabelecidos cinco Projetos Integrados de Colonização (PICs): Ouro Preto, Sidney Girão, Ji-Paraná, Adolph Rohl e Paulo de Assis Ribeiro. Nesta modalidade, o Inbra era totalmente responsável pela demarcação das parcelas, abertura das linhas e prestação de assistência técnica e financeira. Em seguida, foram criados dois Projetos de Assentamento Dirigido (PAD): Burareiro e Marechal Dutra. Nesses projetos, o Inbra apenas selecionou os assentados e entregou os títulos de propriedade. Os parceiros dos PADs deveriam ter conhecimento agrícola, recursos financeiros e experiência em obter crédito bancário, e os lotes destinados a eles eram maiores, voltados para médios e grandes empreendedores do campo (TEIXEIRA, 2015).

A intensa migração e a limitada capacidade de absorção dos projetos de colonização geraram um grande desequilíbrio entre a demanda e a oferta de terras públicas. Em resposta, o Estado implementou novos projetos com lotes menores,

visando distribuir terras para um maior número de colonos e mitigar os conflitos agrários na região. Um grande número de migrantes buscou terra e trabalho em Rondônia, superando as expectativas do governo. A região se tornou uma nova opção para camponeses, peões, vaqueiros e grileiros em busca de estabilidade econômica. No entanto, essa intensa migração foi acompanhada por ações de grileiros, fazendeiros e posseiros que perpetraram atos de terror e violência (BINSZTOK, 2007).

Nesse processo migratório, na maioria das vezes, os homens deixavam a família no seu local de origem e “vinham na frente” para dar início ao roçado, construir um barraco e, após, buscavam a família ou mandavam buscá-la. As mulheres, quando vinham para Rondônia para reencontrarem seus maridos, deparavam-se com uma realidade de condições precárias, rústicas e sem a infra-estrutura necessária para morar dignamente. Mas, sem escolha, ficavam aqui com os filhos e, a partir daí, dando continuidade ao exercício do trabalho doméstico e de cuidados sem remuneração – típicos da divisão sexual do trabalho -, garantindo assim que a família pudesse alcançar os requisitos exigidos pelo INCRA para concessão da terra, a qual, após a verificação de todas as contraprestações, emitia o título do massivamente somente em nome do homem/marido (MOSER, 2009).

Percebe-se, aqui, que a existência e a permanência da mulher/esposa no local do assentamento/ocupação era condição *sine qua non* para a emissão dos títulos sobre a terra, em favor do homem. O acesso, a manutenção e a apropriação dos “módulos” ou “lotes” era necessariamente vinculada, por força das normas federais (INCRA), à manutenção da família que, à época, era considerada pela entidade do homem, da mulher e dos filhos, necessariamente. A perpetuação da divisão sexual do trabalho é evidente, reforçando os desafios a ele inerentes. Em primeiro lugar, a subvalorização das atividades femininas resulta em menor reconhecimento econômico e social para as mulheres; o acesso limitado e condicionado à terra as coloca como absolutamente dependentes dos maridos e necessariamente ligadas a eles por um casamento eterno em razão de que a terra ficava titularizada apenas no nome do homem; o acúmulo de tarefas domésticas levava à sobrecarga de trabalho, afetando a saúde física e mental das mulheres e meninas; a ausência de remuneração e de proteção previdenciária potencializava a vulnerabilidade social e econômica das esposas que chegavam no Estado. Essa necessidade da figura da mulher e mãe como condicionante para acesso, pelos homens, à terra rondoniense, reforça de forma violenta que, ambas, mulheres e terra, são entendidas como categorias a serem conquistadas (terra) e dominadas (mulher).

Verifica-se, deste modo, que o processo de subalternização das mulheres dos povos da floresta e também daquelas que vieram no processo de colonização agrícola, é extremamente recente. Levando-se em conta que o período dos ciclos da borracha (1879–1912 e 1942–1945) e o da migração agropecuária (1970-1983) tiveram forte impacto sobre a devastação ambiental e, como já explorado, esse impacto tem relação direta com a exploração e dominação das mulheres, o processo de manejo e adequação desse domínio sobre a vida e comportamento das mulheres ainda está em franco processo de ressignificação, em descompasso com os processos de ressignificação hoje existentes em locais do país em que a exploração ambiental e domínio de mulheres iniciou nos idos de 1500. A construção dessa relação de busca de equidade em terras rondonienses, desta feita, muito embora seja observada como paradigma dos órgãos e entidades que fazem a gestão das políticas públicas estaduais, ainda encontra barreiras no aspecto cultural, que se funda cientificamente no processo e no tempo de colonização do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo cultural refere-se ao conjunto de práticas, valores, crenças, tradições e modos de vida que são transmitidos e transformados ao longo do tempo dentro de uma sociedade ou grupo social. Esse processo envolve a criação, a reprodução e a transformação de elementos culturais, que incluem língua, religião, arte, costumes, modos de produção e organização social. A socialização é o processo pelo qual os indivíduos aprendem e internalizam as normas e valores da cultura à qual pertencem, geralmente por meio da família, da escola e de outros grupos sociais. Transmitida de geração em geração, a cultura de um povo tem como referencial, também, o modo de povoamento desse grupo de pessoas. No caso do Estado de Rondônia, para além da recente história de apropriação cultural, ambiental, sexual e baseada no patriarcado capitalista, observa-se que a localização do estado de Rondônia no mapa brasileiro lhe confere um isolamento, que interfere diretamente na lentidão do processo de mudança de pensamento e modernização das relações entre homens e mulheres. Com isso, pode-se concluir que os altos índices estatísticos de feminicídio e violência contra as mulheres no Estado estão indiscutivelmente atrelados ao tempo e ao modo de colonização dessa terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: ABREU, Capistrano de. **Capítulos de**

história colonial, 1500-1800. 7ª ed. Belo

Horizonte: Itatiaia, 1988. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

ACOSTA, Alberto; GUDYNAS, Eduardo. **La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. Utopía y Práxis Latinoamericana.** V. 16, n. 53, p. 71-83, abr./jun. 2011.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Mulher Indígena.** In: BERND, Zilá (Org.). Dicionário de Figuras e Mitos Literários nas Américas. Porto Alegre: Tomo Editorial/UFRGS Editora, 2007.

AMARAL, José Januário de Oliveira. **Terra virgem, terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia.** 1994. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024. Disponível em <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/download>. Acesso em 29 de julho de 2025.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: fatos e mitos.** vol. I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: a América Latina colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

BINSZTOK, Jacob. **Projeto Integrado de Colonização: paradigma da contrarreforma agrária promovido pelo Regime Militar nos anos 70 na Amazônia.** Revista Nera, Vol.10, Ano 10, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina,** 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COOKE, Brian. **The Managing of the (Third) World.** Organization, v. 11, n. 5, p. 603-629, 2004.

COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia.** Manaus:

EDUA, 2005.

CRUZ, Montesuma. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho, completa 109 anos.** Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/estrada-de-ferro-madeira-mamore-em-porto-velho-completa-109-anos-governo-contribui-para-preservar-patrimonio-historico/>. Acesso em 30 de junho de 2025.

DA FONSECA, Dante Ribeiro. **Crato, Santo Antonio e o rio Madeira no contexto da economia da borracha.** Novos Cadernos NAEA, v. 20, n. 2, p. 73-90, 2017. DA ROSA, **Gabriela de Lucca Ocampos.** **Estupro como instrumento de guerra: a gradual evolução da criminalização da violência sexual no direito penal internacional.** Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/55495/GABRIELA%20DE%20LUCCA%20OCAMPOS%20DA%20ROSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=Para%20o%20estupro%20ser%20considerado,um%20conflito%20de%20car%C3%A1ter%20internacional>. Acesso em 04 de julho 2025.

D'EAUBONNE, Françoise. **Le féminisme ou la mort.** Lorient: Le Passager clandestin, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. 1996. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante: 2023, 2ª edição.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção.** Brasília: editora Brasiliense, 1989. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos.; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007. FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** Recife: Global, 48ª edição, 2003. FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1996. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

IPHAN, Portal. **Complexo de conservação da Amazônia Central.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/41>. Acesso em 20 de junho de 2025.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil.** 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16570&idi=1>. Acesso em 02 de julho de 2025.

LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas.** 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4412/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20M%C3%B4nica%20Maria%20Lopes%20Lage.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2025.

MACEDO, Tibério Kimmel de. **Eles não viveram em vão: a saga dos pioneiros do Batalhão dos Ermos e dos “Sem fim”.** Porto Alegre: 2003. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MONTEIRO, Débora Évelin; DA FONSECA, Dante Ribeiro. **Extrativismo e agricultura: uma comparação entre a produção da borracha e do café entre os anos de 1850 e 1930.** Revista Eletrônica Veredas Amazônicas, v. 2, n. 2, 2012.

MOSER, Lilian Maria. **Mulheres de Rondônia: Construção do Feminino a partir da Migração das Décadas de 1970 a 1990.** 2009. Disponível em https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_b0d30dbb6f9b89439cfe96edfac441cb.pdf. Acesso em 29 de julho de 2025.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Editora Terra e Paz, 1993.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão.** Edições Loyola, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras., 2006.

RIBEIRO, Darcy. **Las Américas y la civilización**, t. III: Los pueblos trasplantados. Civilización y desarrollo. Buenos Aires, 1970.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6ª ed. Santos: Gráfica A Tribuna, 1985. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

STOLKE, Verena. **O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade**. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI e XIX. In: Revista de Estudos Feministas. v. 7, n. 1-2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

TEIXEIRA, Carlos Correa. **Servidão humana na selva**. Manaus: Editora Valer, 2009. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004)**. 2015. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. **Tropos do império. Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. Trad. Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

THÉRY, Herve. **Rondônia: mutações de um território federal e Amazônia**. São Paulo: SK Editora, 2012. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. Trad. de M Irene de Q.F. Szmrecsanvi e Tamas J.M.K. Szmrecsanvi. São Paulo: Pioneira, 1981. (Obra utilizada do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca)

WOLFF, Cristina Sheib. **Mulheres da Floresta. Uma história do Alto Juruá**. São Paulo: Hucitec, 1999.